

## Entre Vistas e Olhares

Lindamir Salete Casagrande  
E-mail: lindasc2002@gmail.com  
Universidade Tecnológica Federal  
do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

**Helena Hirata**

**fala aos**

**Cadernos de Gênero e Tecnologia<sup>1</sup>**

A seção de entrevistas dos Cadernos de Gênero e Tecnologia é um espaço no qual temos a honra de conversar com grandes pesquisadoras na área de gênero, mulheres, feminismos e sexualidade entrelaçadas com educação, divisão sexual do trabalho, ciência, tecnologia, dentre outros tantos componentes da sociedade. Chegou o momento de conversarmos com uma das maiores sobre a divisão sexual e social do trabalho e o cuidado. Nos referimos a Helena Hirata, pioneira neste campo de pesquisa e com trabalho reconhecido em nível mundial.

Helena é uma japonesa que cresceu no Brasil e hoje vive na França. Esses três países, suas culturas, conquistas e mazelas estão presentes em sua obra. Construir um mundo mais justo é pensar numa sociedade na qual as atividades de cuidado com o lar e com as pessoas sejam divididas equilibradamente entre todas as pessoas que constituem a família.

Nesta conversa, convidamos às/aos nossas/os leitoras/e a conhecer um pouco da trajetória desta grande pesquisadora, bem como, de sua forma de pensar sobre a temática da divisão social e sexual do trabalho, do cuidado, o *care*, enfim, da sociedade.

**CGT- Gostaríamos de agradecer sua participação na seção “Entre vistas e olhares” dos Cadernos de Gênero e Tecnologia o que muito nos honra. Para darmos início, gostaríamos que nos falasse um pouco acerca de sua trajetória pessoal e profissional.**

**Helena** - Nasci no Japão em 1946, cheguei ao Brasil com cinco anos, em 1952, e vim para a França como exilada política em 1971. No Brasil, me formei no Departamento de Filosofia da USP, onde dei aulas como monitora do Prof. José Arthur Giannotti, em Teoria do Conhecimento, mas como tinha um processo político (fui presa no congresso da UNE em Ibiúna) não pude ser contratada pela Universidade e acabei fazendo minha carreira de pesquisadora na França, onde defendi minha tese de doutorado em 1979, na Universidade de Paris 8-Vincennes-Saint-Denis. Fui recrutada pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS, França) em 1980 para realizar um projeto intitulado “Aspectos técnicos e socioculturais da organização do trabalho: comparação Brasil, França e Japão”. Realizei também a pesquisa no Brasil, pois pude regressar com a Lei de Anistia aos presos e perseguidos políticos, promulgada em fins de 1979. Atuei como pesquisadora visitante do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e como professora visitante do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Também fui professora visitante na UNICAMP.

Na França, fui diretora do laboratório GEDISST (Grupo de Estudos da Divisão Social e Sexual do Trabalho), chamado depois GERS (Genre et Rapports Sociaux) e, em seguida, GTM (Genre, Travail, Mobilités) de 1992 a 1995, de 1999 a 2003 e de 2005 a 2008. Junto com Danièle Kergoat, trabalhei sobre o conceito de divisão sexual do trabalho, e mais

amplamente, sobre as questões relacionadas a gênero e trabalho. Em 1997, obtive a habilitação para dirigir pesquisas (HDR), que equivale à livre docência no Brasil.

Entre 2000 e 2005, fiz uma pesquisa comparativa Brasil-França-Japão sobre atores e instituições do desemprego, com Nadya Araujo Guimaraes, Didier Demazière e Kurumi Sugita. Em 2003, fui promovida a diretora de pesquisa no CNRS. Continuo até hoje vinculada a essa instituição como pesquisadora emérita, pois me aposentei em 2011, no laboratório CRESPPA (Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris), equipe GTM (Genre, Travail, Mobilités).

Desde 2010, estou pesquisando o trabalho de cuidado de pessoas idosas, também comparando a realidade desse trabalho nos três países, tanto em termos de profissionalização do trabalho de cuidado, quanto em termos de políticas públicas, comparando os papéis respectivos da família, do mercado, do Estado, da comunidade. A partir de 2005, desenvolveu-se uma reflexão na França sobre a questão do *care* (cuidado). Muito tardiamente, pois o livro de Carol Gilligan, “In a diferente voice” é de 1982 e ele foi traduzido no Brasil no mesmo ano pela Rosa dos Tempos, editora do Rio de Janeiro. Hoje o trabalho de cuidado mobiliza muitas pesquisadoras e alguns pesquisadores também no Brasil e fiz uma arqueologia das pesquisas sobre o cuidado no Brasil por ocasião de um congresso na Universidade da Republica de Montevideo (Hirata, 2020). Desde 2018, tenho organizado workshops et livros (Guimaraes, Hirata, 2020 a, b, 2021) sobre cuidado em colaboração com Nadya Araújo Guimaraes, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

#### **CGT – A senhora se tornou uma referência no que diz respeito ao campo de estudos da divisão sexual e social do trabalho. Como percebe esta divisão na atualidade?**

**Helena** - Duas mudanças ocorreram desde a primeira conceitualização da divisão sexual do trabalho por Danièle Kergoat, no fim dos anos 1970: a bipolarização dos empregos femininos que se desenvolveu notavelmente a partir dos anos 1990 e a precarização dos empregos, que atingiu, sobretudo, as trabalhadoras do sexo feminino. Essas duas mudanças reconfiguram a dimensão sexual da divisão social do trabalho. A bipolarização é a constituição de um polo minoritário, mas significativo de mulheres com diploma de nível superior, com salários mais elevados, exercendo profissões com certo reconhecimento social e monetário: pesquisadoras, professoras universitárias, publicitárias, jornalistas, médicas, advogadas, arquitetas, e outras profissionais liberais. Mas, cerca de 90% continuam a constituir o polo majoritário, de mulheres em profissões consideradas tipicamente femininas, na educação, na saúde, nos serviços e no comércio, cujos trabalhos não são reconhecidos nem valorizados monetária ou simbolicamente. Quanto à precarização dos empregos, que também se desenvolveu a partir dos anos 1990, ela atingiu as mulheres concentradas em empregos como o de trabalhadoras domésticas, cuidadoras, trabalhadoras de telemarketing, vendedoras no comércio, etc.

Além dessas duas mudanças, pode-se dizer que as teorias mais recentes, por exemplo, de Judith Butler sobre a fluidez da identidade sexual dos sujeitos ou de Anne Fausto Sterling relacionada à existência de ao menos 5 sexos, levantou questões sobre a bicategorização da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres. Essas teorias questionam a teoria da divisão do trabalho entre dois sexos, mas a própria Judith Butler considera que masculino e feminino são categorias politicamente importantes para conduzir a luta política pelo fim da divisão do trabalho entre os sexos.

Penso que a divisão sexual do trabalho, como conceito, como categoria analítica e como problemática continua sendo de atualidade e pode servir para analisar as relações sociais entre sexos, entre classes e entre raças no universo do trabalho. Danièle Kergoat utilizou os termos de “coextensividade” e de “consustancialidade” dessas relações sociais imbricadas, o que hoje muitos chamam de “interseccionalidade”. Se por interseccionalidade entendemos a intersecção entre categorias, podemos dizer que há diferença entre interseccionalidade e consustancialidade. Mas, se por interseccionalidade

entendermos a interdependência entre relações sociais de poder, elas podem ser utilizadas como sinônimos.

**CGT – Seus estudos estão centrados no Brasil, França e Japão. Quais as similaridades e diferenças na situação das mulheres nestes três países?**

**Helena** - A similaridade é que o trabalho doméstico e profissional das mulheres é, nos três países, pouco reconhecido, pouco valorizado, é naturalizado. A desigualdade salarial é um dado recorrente nesses três países, mas também em todos os outros. Não creio que haja um país no mundo em que os salários femininos sejam maiores do que os salários masculinos.

Outra similaridade é o papel desempenhado pela família no cuidado de idosos, de crianças, de deficientes físicos e mentais, de doentes. A família, e a mulher dentro dela, é considerada responsável em última instância pela produção e reprodução da vida, embora o peso relativo do papel do Estado, da comunidade, do mercado no auxílio à família e à mulher sejam diferentes segundo os países.

As diferenças estão nas normas sociais. Na França, o trabalho profissional das mulheres é plenamente reconhecido e admitido, creio que também no Brasil. Ao contrário, no Japão se considera que as mulheres devem cuidar dos filhos pequenos e não os confiar a uma creche ou a babás. O que significa que há menos legitimidade para as mulheres exercerem trabalho profissional com filhos pequenos, o que prejudica suas carreiras e possibilidade de promoção. Outra diferença é que a coabitação de um casal sem casamento não é admitido na sociedade japonesa, quando é corrente na França e creio que também no Brasil. Não se concebe um filho fora do casamento no Japão, quando na França quase a metade das crianças que nascem tem pais que não são casados.

Essas diferenças de normas sociais em vigor em cada sociedade acarretam outras diferenças em termos, por exemplo, de políticas públicas. Assim, há poucas creches e equipamentos sociais para o cuidado infantil no Japão, pois se considera que as mães devem cuidar das crianças e não as creches, quando na França socializar a criança numa creche com alguns meses de vida é considerado um costume bastante comum e faz parte das obrigações do Estado criar as condições necessárias para que as mães possam voltar ao trabalho após o parto.

**CGT – Em sua opinião, como está sendo a divisão do trabalho doméstico? Os homens têm assumido este campo do trabalho?**

**Helena** - As pesquisas sobre uso do tempo em várias partes do mundo têm mostrado que os homens não têm assumido esse campo do trabalho. Em pleno século XXI, os homens não se sentem responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado de idosos, crianças, deficientes, deixando esse trabalho para as mulheres.

As pesquisas de uso do tempo da PNAD/IBGE de 2009 mostraram que as mulheres brasileiras gastam 26,6 horas de sua semana com tarefas domésticas e os homens 10,5 horas. Juntando os períodos de trabalho remunerados e domésticos, as mulheres brasileiras trabalham mais de 57 horas por semana, enquanto os homens somam pouco mais de 50. Na França, pesquisas de uso do tempo têm sido realizadas a cada 12 anos: 1974, 1986, 1998, 2010. Dos resultados dessas pesquisas representativas ao nível nacional vê-se que a diferença entre homens e mulheres se reduz, mas as mulheres realizam ainda cerca de 2/3 das tarefas domésticas. Há uma leve diminuição do tempo consagrado pelas mulheres ao trabalho doméstico, mas esse é o resultado de uma diminuição do tempo consagrado por elas às atividades mais do que um aumento do tempo consagrado ao trabalho doméstico pelos homens. A pesquisa de uso do tempo de 2010 na França mostra também que um terço do tempo consagrado ao conjunto das tarefas domésticas é relacionado ao cuidado com as crianças. As mães consagram às crianças em média duas vezes mais tempo que os pais, mas mais tempo ainda a partir de 3 filhos, ou quando há uma criança de menos de 3 anos no domicílio. O aumento do tempo parental é maior considerando os pais mais jovens.

Entretanto, as mães jovens realizam mais de 2/3 dos cuidados às crianças. Em suma, pode-se dizer que a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres é ainda bastante desigual e desfavorável às mulheres.

#### **CGT – O trabalho doméstico tem sido percebido como trabalho?**

**Helena** - Embora o movimento feminista tenha o trabalho doméstico como trabalho em suas reivindicações, não se pode dizer que os homens no seu conjunto o consideram como um trabalho igual a qualquer outro, a compartilhar com as suas esposas ou companheiras. Entretanto, houve progressos nas classificações utilizadas nas estatísticas nacionais, onde vários países consideram o trabalho doméstico como trabalho nas suas contabilidades. Creio que isso se deve em grande parte à pressão exercida pelas economistas feministas para levar em consideração a produção doméstica na contabilidade nacional. Um dos primeiros países a incorporar o valor do trabalho doméstico na contabilidade nacional foi a Noruega, e um dos últimos, a Colômbia.

Hoje as teorias da reprodução social têm se desenvolvido e adquirido visibilidade com o interesse internacional pela questão do cuidado (“care”) e as análises sobre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo estão na ordem do dia. Penso que produção e reprodução, trabalho doméstico e trabalho de produção de bens e serviços são indissociáveis e não se pode aceder ao segundo sem que o primeiro seja realizado. A divisão sexual do trabalho é uma categoria analítica que transversaliza o universo da produção e da reprodução e supera a dicotomia entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, entre trabalho criador de bens e serviços e trabalho doméstico e de cuidados.

#### **CGT – Como a senhora percebe o futuro da inserção das mulheres no trabalho formal e informal?**

**Helena** - Em todo o mundo, o trabalho informal é majoritariamente feminino, e, portanto, o trabalho feminino é marcado pela precariedade. As mulheres são majoritárias no trabalho informal. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicados em 2018, as mulheres no trabalho informal enquanto percentagem do emprego total eram, na Ásia do Sul, 95%, na África subsaariana, 89% e na América Central e no Caribe, 59%. No Brasil, após o crescimento do emprego formal entre 2002 e 2014, assiste-se ao aumento crescente do trabalho informal, sobretudo das mulheres, juntamente com o desemprego que está se desenvolvendo no contexto específico da pandemia do novo coronavírus que enfrentamos atualmente (abril de 2021). Dados da PNAD contínua indicam que, entre 2015 e 2018, a informalidade cresceu mais entre mulheres negras (+ 13, 6%) e brancas (7, 8%), do que entre os homens brancos e negros. Ora, sabemos que a informalidade piora as condições de trabalho das mulheres, pois elas realizam atividades sem proteção social (previdência social, aposentadoria, seguro desemprego, férias, etc.). Entretanto, mesmo o trabalho formal não é uma garantia contra baixos salários e más condições de trabalho, no quadro das reformas trabalhistas em curso.

#### **CGT – No Brasil, estão em trâmite mudanças nas leis trabalhistas e previdenciárias. Em sua concepção, como essas mudanças impactarão na vida das mulheres?**

**Helena** - Essas mudanças nas leis trabalhistas estão ocorrendo em todo o mundo, inclusive na França (reforma do código do trabalho denominado “Ordonnances Macron”). Observou-se a desregulamentação do trabalho, a supressão dos direitos, e tentativas para diminuir o poder de negociação dos sindicatos. A grande diferença entre a França e o Brasil é que direitos foram conquistados no primeiro país e é mais difícil desmontar a legislação do trabalho. As reformas trabalhista e previdenciária no Brasil têm aumentado a desigualdade e conduzido as mulheres à informalidade e à precariedade das condições de trabalho e de vida, os direitos adquiridos pelas mulheres sendo postos em questão pela reforma trabalhista. Também a prioridade dada na reforma trabalhista sobre as negociações ao nível da

empresa em detrimento da negociação coletiva com os sindicatos significa menor proteção às trabalhadoras que têm dificuldades em manter os direitos conquistados em lutas coletivas.

**CGT – Vivemos momentos de retrocesso no que tange aos direitos humanos, de modo especial, aos direitos das mulheres e população LGBT+. Como a senhora percebe este momento brasileiro?**

**Helena** - Creio que se trata de um processo contraditório, pois ao mesmo tempo em que há uma onda de repressão e assassinato de mulheres, como Marielle Franco, há muitas representantes da população LGBT+ tendo acesso a cargos eletivos. Essa população foi sempre alvo de uma repressão intolerável, mas a visibilidade social que ela adquiriu atualmente é algo positivo, e isso devemos aos movimentos sociais. Creio que temos de lutar para que a população LGBT+ tenha os direitos humanos conquistados por outras categorias e nós, enquanto pesquisadoras, devemos aumentar os conhecimentos sobre essa população realizando ou apoiando pesquisas sobre a realidade da discriminação e da opressão exercida sobre a população LGBT+ no mundo e, mais particularmente, no Brasil.

**CGT – O campo de pesquisa sobre a divisão sexual tem se ampliado. A que se deve este fato?**

**Helena** - Os movimentos feministas nos vários países do mundo têm sublinhado a discriminação de que as mulheres são objeto no século 21. A diversidade das opressões também aparece nitidamente e ampliou-se a conceptualização da divisão sexual com a emergência do paradigma interseccional (HIRATA, 2020 c), isto é, a interdependência das relações sociais de sexo, de raça e de classe, enquanto relações de poder. Também houve uma certa institucionalização dos estudos de gênero em muitos países, o que ampliou o campo de pesquisa sobre divisão sexual do trabalho. Entretanto, creio que na última década houve crescimento das pesquisas sobre sexualidade, sobre arte, sobre esporte, etc. e pouco desenvolvimento de pesquisas sobre trabalho e gênero, como no passado. As pesquisas sobre operárias, por exemplo, têm diminuído, em parte pela diminuição numérica dessa categoria e o aumento de trabalhadoras no setor terciário.

**CGT – Como a senhora percebe a presença feminina no trabalho científico e tecnológico?**

**Helena** - Creio que a educação diferenciada para meninos e meninas, e a orientação científica para os meninos e literária para as meninas está na raiz da menor presença ainda hoje em dia das mulheres nos cargos científicos e tecnológicos, embora muito esteja sendo feito nessa área, ver, por exemplo, o trabalho de Alice Abreu à frente do programa internacional GenderInSITE (*Gender in Science, Innovation, Technology and Engineering*) sediado em Trieste. No Brasil, o Programa Federal “Mulher e Ciência” existe desde 2005 e deu visibilidade à questão das mulheres na ciência e tecnologia, mas sofre dos percalços ligados à conjuntura política. Programas como a Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) tem promovido eventos e realizado publicações que ajudam a tornar visível o problema do lugar da mulher na ciência e tecnologia; Na França, há muito esforço das políticas públicas no sentido de recrutar mulheres para profissões e ofícios considerados masculinos (chofer de ônibus, técnicos de manutenção, etc.). Entretanto, no topo da pirâmide, cientistas são em todo o mundo, majoritariamente, do sexo masculino. Além dos estereótipos sempre em vigor que consideram que “big toys, big boys”, as mulheres são penalizadas pelos períodos de gravidez, parto e cuidado de filhos pequenos, pois não há, por parte da sociedade, nenhuma consideração por esses períodos em que a produção das mulheres é afetada pelas tarefas de reprodução social, com pouca “ajuda” de seus companheiros. Como em outras áreas, creio que duas modalidades de luta para mudar a presença feminina no trabalho científico e tecnológico existem: as políticas públicas e as políticas de ações afirmativas nas empresas, de um lado, e os movimentos feministas para a igualdade de participação de mulheres e homens na ciência e tecnologia, de outro.

### **CGT – Tem algum tema que a senhora gostaria de abordar e nós não perguntamos?**

**Helena** - A igualdade entre homens e mulheres, tanto na esfera dita privada quanto na esfera profissional, é uma questão de justiça social e devemos tender a ela nas nossas sociedades. Os sindicatos ainda consideram que a luta das mulheres é uma “luta específica”, como se lutar pela igualdade ou pela justiça fossem lutas “específicas”. A igualdade profissional e a igualdade salarial só serão conquistadas quando houver uma real divisão do trabalho doméstico, pois a desigualdade entre os sexos na esfera profissional está assentada na assimetria na divisão do trabalho entre os sexos na esfera dita “privada”, no trabalho doméstico.

### **NOTAS**

1 Entrevista concedida via e-mail em abril de 2021.

### **REFERÊNCIAS**

GUIMARAES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena (comp.). **El cuidado en América Latina. Mirando a los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay**. Buenos Aires: Fundacion Medifé Ed., 2020a.

GUIMARÃES, Nadya Araújo, Hirata Helena. **O Gênero do Cuidado. Desigualdades, significações e identidades**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020 b.

GUIMARAES, Nadya Araújo HIRATA, Helena (Eds). **Care and Careworkers. A Latin American Perspective**. Cham: Springer, 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, raça e classe: as controvérsias sobre o paradigma interseccional. In: SOUZA, André Ricardo de; LUSSI, Isabela Aparecida de; ZANIN, Maria (Orgs.). **Engajamento e reflexão transversal em economia solidária**. 1. ed. São Carlos: ABPES e EDUFSCar, 2020. v. 1. 239p (p. 15-26)

HIRATA, Helena. Por uma arqueologia do saber sobre cuidado no Brasil. In: BATTHYANY, Karina (coord..). **Miradas latinoamericanas al cuidado**. Montevideo: ed. CLACSO- Siglo XXI, 2020, p. 107-124.

OLIVEIRA, Zanin, Maria (Orgs). **Engajamento e reflexão transversal em economia solidária**. São Carlos, EDUFSCar/ABPES, pp. 15-26.

**Recebido:** 07/02/2020.

**Aprovado:** 06/06/2022.

**DOI:** 10.3895/cgt.v15n45.15558

**Como citar:** CASAGRANDE, Lindamir Salete. Helena Hirata fala aos Cadernos de Gênero e Tecnologia. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v.15, n. 45, p. 5-11, jan./jun. 2022.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

